

É a competição, estúpido...

Entrevista de Luiz Carlos Bresser-Pereira a Laura Greenhalgh
O Estado de S.Paulo, 26.11.2006

Quando tanto já se falou em sociedade sem fronteiras e fim dos Estados nacionais, lá vem o professor Luiz Carlos Bresser-Pereira com sua pregação teórica: não há como ficar contra ou a favor da globalização. É um estágio do capitalismo. Mas justamente porque os países funcionam num sistema de interdependências, então mais do que nunca será preciso defender o “interesse nacional”. Estas duas palavrinhas, ditas por representantes do mundo em desenvolvimento, já causaram muita saia-justa em fóruns globais.

Defensor de um novo desenvolvimentismo para o Brasil, Bresser-Pereira vislumbra hoje um clima mais arejado para se falar não só em defesa de interesses dos países, mas na importância do Estado nacional quando a competição no planeta cresceu de maneira avassaladora - especialmente depois que a China entrou no jogo. Sente que há espaço para a crítica à ortodoxia econômica que predominou nos anos 80/90. Nesta entrevista ao *Aliás*, concedida na semana passada no seu escritório em São Paulo, o professor reconheceu: “Hoje os jornais tratam com mais interesse e respeito minhas idéias.” Entre elas, o combate à fórmula brasileira de juros altos e câmbio baixo.

Calcula que o Brasil poderá passar “mais quatro anos patinando no segundo governo Lula”, porém terá de encarar mudanças na macroeconomia para voltar a crescer. E crescer mesmo a taxas de 5%, como projeta o presidente, sem saber como fazer isso. Ex-ministro de Administração Federal e Reforma do Estado no primeiro governo de Fernando Henrique, Luiz Carlos Bresser-Pereira, 72 anos, jura não ter planos de retorno à vida política. Quer continuar a dar aulas - na Fundação Getúlio Vargas, em São Paulo, e na *École des Hautes Études en Sciences Sociales*, em Paris - debater em seu website (www.bresserpereira.org.br) e escrever suas teses. Em março lançará pela Editora 34 o livro *A Macroeconomia da Estagnação - Crítica da Ortodoxia Convencional no Brasil pós 1994*, tema da entrevista que se segue.

O presidente afirma que o País está travado. E listou como razões disso o MP, os ecologistas, as licenças ambientais, os índios, os quilombos...

Índios e quilombos? Coitados. Entraves são de outra ordem.

O que trava o Brasil?

Antes de analisar isso, um comentário. Ao misturar tantos elementos, o presidente espelha a confusão que existe na sociedade brasileira. Esta sociedade se deu conta de que a estratégia que lhe foi proposta no final dos anos 80, começo dos 90, não funcionou. Falo da estratégia de aceitação de uma ortodoxia convencional, com o rótulo de modernidade neoliberal, e a aceitação da idéia de que se fizéssemos as reformas haveria a felicidade geral da Nação. A única reforma que deu certo nos últimos 20 anos foi o Plano Real, quando um grupo de economistas brasileiros estudou e descobriu como neutralizar a inércia inflacionária. E isso nada tem a ver com ortodoxia. Por volta de 1995, as esperanças com o governo FHC eram enormes. E havia aquela hegemonia tremenda dos EUA na esteira da derrubada do Muro de Berlim, simbolizando não só a vitória da democracia, mas a vitória do capitalismo. Ali, o

Brasil atraiu um volume considerável de investimentos estrangeiros. Houve então o choque externo com a entrada da China no cenário mundial, as exportações brasileiras dobraram em cinco anos e nem por isso crescemos.

Daí a confusão da sociedade?

Sim. Temos que lembrar que houve um estrangulamento brutal da classe média, que não é a classe que tem o voto, mas a que tem opinião. Os ricos estavam bem, obrigado, com os juros altos que recebiam. E os pobres foram de alguma forma assistidos pelos gastos que vinham sendo feitos desde os anos 80. Era o compromisso democrático: mais gastos em educação, saúde, basta lembrar o êxito da implantação do SUS, além das bolsas sociais. Mas a grande classe média sobrou.

E por que o Brasil cresceu pouco?

Para responder é preciso olhar para fora. Além da brutal perda de hegemonia americana, principalmente depois da guerra do Iraque, vemos que os países que adotaram mais fielmente a ortodoxia econômica convencional cresceram menos. Os dois chefes de Estado mais festejados nos anos 90 foram Boris Ieltsin e Carlos Menem. Hoje sabemos quem são estas pessoas e o que fizeram de mal para os seus países. O México, que começou as reformas na América Latina e adotou todos aqueles acordos que limitavam sua capacidade de fazer política econômica, hoje é um país tão estagnado quanto o Brasil. Por outro lado, o Chile cresce de forma expressiva e nem acho que tenha adotado a ortodoxia. Ele segue o caminho do crescimento com exportações e liberalização comercial, coisa que os chineses também fazem. E foi o único país da América Latina que, nos anos 90, fez controle de entrada de capitais. Agora vou falar uma coisa que parece proibida no Brasil: estamos diante de um país que cresce extraordinariamente, que é a Argentina. Kirchner vem conduzindo um crescimento espetacular. A Argentina hoje tem superávit público enquanto o Brasil tem déficit público da ordem de 3% do PIB. Ela resiste à pressão do FMI para que a taxa de câmbio seja valorizada sob pretexto de controlar a inflação. Enfim, o país aprende com seus erros e com o que a China, Índia, Malásia vêm fazendo.

Como o senhor define “ortodoxia convencional”?

Conjunto de diagnósticos, propostas e pressões que os países mais ricos fazem sobre os países em desenvolvimento. E fazem não para nos ajudar, mas para neutralizar nossa capacidade competitiva.

Parece teoria conspiratória.

Parece. Mas essa é a forma natural pela qual os países agem. Assim mesmo: você pede conselhos e darão os que mais interessam... a eles. Eis a globalização. Ela não é outra coisa senão um estágio do capitalismo, em que ele próprio se torna dominante no mundo. Diante disso, o conceito de Estado nacional ganha uma dimensão e importância estratégicas.

Mas há quem diga o contrário. Ou seja, que os Estados nacionais se diluem no mundo

sem fronteiras.

Não há dúvida de que o mundo global é mais interdependente. Mas porque é mais competitivo. O Brasil, nos anos 50, competia com pouca gente. Hoje compete com um número imenso de países. Competimos até com a China! A interdependência vem da competição. Ao mesmo tempo em que cede um pouco da sua autonomia, um país tem de justamente preservá-la para poder montar sua estratégia nacional de competição. É fundamental ter estratégia nacional de competição.

O senhor diria que o Brasil não acordou para esse jogo?

O Brasil está apenas começando a perceber as coisas. Acabo de escrever um livro sobre a macroeconomia da estagnação. Nele, eu me pergunto: se tivesse de dar uma única resposta para explicar por que o Brasil está estagnado desde 1980, qual seria? Daí, eu me permiti dar duas respostas, uma política, outra econômica. A resposta política: porque o Brasil perdeu a idéia de nação. E perdeu como? Perdeu ao longo da crise dos anos 80, no acordo feito nas Diretas Já, no fracasso do Plano Cruzado, naquela quase hiperinflação, e, claro, no fortalecimento da hegemonia americana ao longo desse período. E a outra resposta: erramos ao fazer rigorosamente o que nos disseram que era para ser feito. Erramos ao combinar taxas de juro altas demais e taxas de câmbio baixas demais. Estas, por sua vez, estavam relacionadas com a abertura da Conta Capital brasileira (liberação de fluxo de moeda estrangeira) e a estratégia de crescer com poupança externa. Ora, é o coração da ortodoxia convencional. Exatamente o que a China não faz, a Índia não faz, mas o Brasil e o México fazem.

Até quando o debate econômico vai girar em torno de ortodoxos versus desenvolvimentistas? Há algum entendimento sendo costurado? Haveria algum consenso?

Até uns três, quatro meses atrás, eu achava que havia um desacordo fundamental entre esses dois campos. Não só em relação à idéia de Estado-nação, mas em relação às taxas de juros e câmbio. Mas eu dizia: existe acordo em relação à parte fiscal. Tanto os ortodoxos, quanto os desenvolvimentistas, entre os quais me incluo, concordamos que é fundamental o ajuste. Porém, cheguei a outra conclusão: ao contrário do que se propaga, os ortodoxos agem de maneira frouxa em relação ao ajuste fiscal. Há nove anos, eles estabeleceram essa coisa chamada superávit primário. Em vez de definir metas de controle do déficit público, como deveriam ter feito, reduzindo ou zerando o rombo, definiram um superávit de 3,5% do PIB. Quatro anos depois, aumentaram para 4,25%. E assim foi. Só que o Brasil atingiu com folga essas metas e o desequilíbrio fiscal continua bravo.

Haveria um pseudo-fiscalismo?

Isso. O que deveria ter sido feito? Zerar o déficit público. Diminuir a dívida. Mas, para isso, ou teriam que definir um superávit primário na casa de 8% do PIB ou propor um corte radical nos juros, e eles não ousam nem uma coisa nem outra. Não fez o Malan, não fez o Palocci. Não nos esqueçamos de que a ortodoxia também se manifesta numa coalizão de interesses

formada pelos rentistas, que vivem dos juros altos, pelo setor financeiro, que vive das comissões, pelas empresas multinacionais, que querem câmbio baixo, e pelos nossos concorrentes lá fora, que nos dão conselhos através do FMI e do Banco Mundial. É difícil desatar este nó.

É possível formar outra coalizão?

Sim. Mas isso só será viável se os empresários industriais continuarem a mudar de posição como vêm fazendo. Eles foram classe dirigente no Brasil desde 1930 até 1986, ou seja, até o Plano Cruzado. Dilson Funaro foi o último líder deles. A partir de então, deixaram de fazer parte da elite dirigente brasileira. Sei que a Fiesp continua importante, o Iedi foi criado em 1988, mas os empresários perderam influência. Pediram política industrial, proteção ao produto nacional e não foram ouvidos. Tudo bem, o Brasil precisava de abertura comercial, mas tal como as coisas foram feitas, viemos bater nessa estagnação. Agora o discurso dos empresários é outro. Eles já não falam tanto em política industrial, nem tanto em proteção comercial. Estão mais preocupados com taxas de juros e câmbio. Passaram a pensar em termos macroeconômicos, sabendo que têm condições de competir internacionalmente. Essa é a descoberta. Só cometam um erro, a meu ver.

Qual seria?

Estão certos em pedir ajuste fiscal. Mas errados em jogar a culpa na burocracia. A coalizão que os empresários precisam logo restabelecer começa pela recolocação deles próprios em posição de liderança, aproximando-se dos trabalhadores, técnicos do governo e da burocracia do Estado. Esta é a coalizão necessária. Também não vejo nenhuma dificuldade em atrair o setor financeiro. Aqui no Brasil este setor é moderno e competente. Além disso, poderia emprestar muito mais, já que o grau de endividamento das empresas brasileiras é ridículo. E por que não acontece? Porque a taxa de juros é absurda. Só uma visão de curto prazo explica a opção do setor financeiro pelos rentistas no Brasil. Rentista é uma desgraça sempre.

O que é rentista para o senhor?

Eu sou um pouco rentista. É quem vive de juros e aluguéis. Há muita gente nessa situação no País. Até porque, é triste lembrar, muitos empresários abandonaram suas atividades para se tornar rentistas nos últimos anos. Mas o rentismo é uma sina dos países capitalistas? Eu diria que não. Nos Estados Unidos, ele é muito menor. Na Europa, também.

Acha que o Brasil poderá mudar sua macroeconomia levado pelas dinâmicas da economia mundial?

Há uma oportunidade de mudança. Quer um sinal? Hoje os jornais dão um espaço e um respeito maiores às idéias que venho defendendo há anos. Por quê? Porque mudou a sociedade brasileira. Mudou o mundo. Mudaram as constituencies. Mudaram os apoios.

Aliás, economistas de feitio mais ortodoxo têm dito que é preciso recuperar a “agenda Bresser”.

É preciso recuperar a agenda nacional. Nós perdemos o controle da agenda. Vamos errar, mas o importante é recuperar nossa capacidade de defender o interesse nacional.

A China, com toda a sede de matéria-prima, muda o perfil da economia brasileira? Corremos o risco de virar o país das commodities?

Vejo engraçadinhos por aí dizendo que o Brasil vai mal porque está se desindustrializando. Mas isso está também acontecendo nos EUA, na Europa, por que não aconteceria aqui? Qual é o problema desse raciocínio? O desenvolvimento econômico pode ser medido pelo aumento da renda per capita ou pelo aumento de valor adicionado per capita. Os EUA perderam indústrias em determinados setores, mas transferiram mão-de-obra para outros, de mais alto valor adicionado: softwares, aviões, serviços. Deixaram de produzir sapato ou aço, para entrar na produção de coisas mais sofisticadas. Esse processo não é ruim. Aqui nós nos desindustrializamos para produzir soja, cana-de-açúcar, aço. Daí, sim, é complicado, porque fatalmente estaremos provocando mais desemprego e aumentando o número pessoas que terão de vender cachorro-quente na rua.

O atraso nas reformas são um mantra para justificar a falta de decisão na área econômica?

Tudo virou culpa das reformas. Posso falar porque sempre me envolvi nisso, batalhei muito pela reforma administrativa e hoje tenho um website que trata dessas questões. Reformas são processos graduais. Têm de ser absorvidas pela sociedade e há o Congresso para cuidar delas. A reforma política virá. A reforma tributária já deveria ter vindo, e só não aconteceu, tanto com Fernando Henrique quanto com Lula, porque o governo morre de medo de perder receita. Em resumo, as reformas são importantes, mas não se fazem da noite para o dia. Já o tripé juros/câmbio/ajuste fiscal pode ser mexido logo, com respostas rápidas. Daí encontro outros engraçadinhos dizendo que primeiro é preciso fazer o ajuste fiscal para depois mexer nos juros. Devem de ser feitos ao mesmo tempo. Temos de acabar com a Selic, acabar com essa indexação de qualquer título público à inflação. Que o Banco Central faça suas políticas, sim, mas que a taxa de juros seja definida pelo mercado. Simples assim. Só não fazem porque não querem. E não querem porque isso fere interesses.

O que o senhor espera do segundo governo Lula?

Costumo dizer que há três tipos de governantes: o que se antecipa à sociedade, o que anda com ela e o que fica atrás dela. Bush, este que está aí, fica atrás da sociedade americana, por exemplo. A nossa única esperança é que Lula seja um governante que acompanhe a sociedade. O que será bom. Porque, afinal, ela é que faz o País mudar.